

Tempo & Argumento

e-issn 2175-1803

Direitos Humanos e História do Tempo Presente

Entrevista com



Bruno Sena Martins

Doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra (UC). Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC).

Coimbra - PORTUGAL

cienciavita.pt/D612-95CA-4F25

bsenamartins@ces.uc.pt



orcid.org/0000-0003-3367-9155

Entrevista concedida à



Viviane Borges

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Professora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Florianópolis, SC - BRASIL

lattes.cnpq.br/7894211226879077

vivianetborges@gmail.com



orcid.org/0000-0002-7576-7789



Mariana Joffily

Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP).

Professora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Florianópolis, SC - BRASIL

lattes.cnpq.br/0439237812713028

mariana.joffily@gmail.com



orcid.org/0000-0002-2332-672X

Para citar este texto:

MARTINS, Bruno Sena. Direitos Humanos e História do Tempo Presente.

[Entrevista realizada em março de 2020]. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 30, e0401. maio/ago. 2020. Entrevistadoras: Viviane Borges e Mariana Joffily.



dx.doi.org/10.5965/2175180312302020e0401





Bruno Sena Martins é Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC). É Co-coordenador do Programa de Doutoramento Human Rights in Contemporary Societies. É docente no Programa de Doutoramento "Pós-colonialismos e cidadania global". Entre 2016 e 2019 desempenhou no CES as funções de Vice-presidente Conselho Científico do CES/UC e entre 2013 e 2016 foi Co-coordenador do Núcleo "Democracia, Cidadania e Direito" (DECIDe) do CES/UC. É Licenciado em antropologia e doutorado em sociologia. Os seus temas de interesse preferenciais são o corpo, a deficiência, os direitos humanos e o colonialismo. No âmbito da sua pesquisa realizou trabalho de campo em Portugal, na Índia e em Moçambique, mantendo ainda estreitas ligações com a academia Brasileira.

Tempo & Argumento: Gostaríamos de iniciar essa entrevista indagando sobre um de seus temas de pesquisa centrais e, nesse sentido, primeiramente, que você nos desse uma breve definição da ideia de Direitos Humanos hoje (uma pergunta não muito fácil para começar).

Bruno Sena Martins: Não, não é fácil. Podemos começar por reconhecer que existe uma história dos direitos humanos que corresponde àquilo a que chamamos regime internacional dos direitos humanos, que se institucionalizou e assumiu uma centralidade seja na relação entre nações, seja na atuação de muitas ONGs internacionais. Temos portanto um regime que foi herdado em grande medida daquilo que foi o pós-segunda guerra mundial – o rescaldo do Holocausto – como o consenso das Nações que procuraram restabelecer uma lógica de “nunca mais” que se cristalizou e materializou naquilo que hoje nós conhecemos como Direitos Humanos. Esses Direitos Humanos têm

* Formato original: áudio (duração de 50:46m)

** Agradecemos a Mafalda Machado pela rápida e comprometida transcrição da entrevista.

*** Nesse texto optou-se por manter a grafia da língua nativa (Língua Portuguesa - Portugal).

uma imagem muito particular, muito específica, culturalmente marcada pela realidade eurocêntrica, que responde a algumas inquietações das sociedades civis mundiais no sentido de restringir abusos por parte dos governos e de atores particulares. Pelo modo como chegaram ao século XXI, nós poderíamos chamar a estes direitos humanos como uma perspectiva convencional ou hegemônica da dignidade humana. Como afirmamos no livro recentemente publicado, Os direitos humanos hegemônicos ou convencionais são-no, a nosso ver, por resultarem da sua origem monocultural ocidental, sem que isso ponha em causa a sua ambição universal, por terem estado ao serviço dos duplos critérios e das justificações imperialistas na arena geopolítica, e por se constituírem hoje como denominadores mínimos de direito congruentes com a ordem global individualista, neoliberal, colonial e nortecêntrica. Os Direitos humanos ganham algum protagonismo no confronto geopolítico dos dois blocos– o Bloco de Leste que proclamava a defender os direitos econômicos e sociais e o bloco ocidental, defendendo os direitos civis e políticos. Só a partir dos anos 70 e 80 é que esse regime passa a ganhar uma certa densidade e relevância nas lutas sociais pelo mundo, um protagonismo que se estabelece com a queda do Muro de Berlim: falamos dum num quadro em que o desmoronamento do Bloco de Leste e afirmação das democracias liberais fez com que o socialismo deixasse de constituir uma alternativa credível.

A emergência da força dos Direitos Humanos com a centralidade que hoje lhes reconhecemos, aconteceu juntamente com o reconhecimento do neoliberalismo como o único jogo possível. Os Direitos Humanos afirmam-se dentro de esquemas interpretativos e de ação marcados pelo realismo geopolítico e pelo imperialismo, pelas lógicas de visibilidade intermitente do humanitarismo, ou pela construção de vítimas, a serem salvas, quase sempre tidas como destituídas de saberes e de agência.

Por isso importa percebermos como os Direitos Humanos têm uma grande dificuldade em contrapor algumas das violências sistêmicas impostas pelo capitalismo, pelo colonialismo, pelo patriarcado e pelo capacitismo. Por outro lado, os direitos humanos foram usados também numa perspectiva um pouco cínica com duplos padrões no campo geopolítico como aconteceu na Guerra do Iraque e noutros momentos que de alguma forma mobilizaram os direitos humanos e a

sua linguagem para as agendas geopolíticas imperiais que, inevitavelmente, macularam a sua fama. Então, vivemos num impasse face aos direitos humanos: ao mesmo tempo que eles devem ser criticados por estarem reduzidos a enfiamentos não sistêmicos e congruentes com a ordem política e econômica, também vemos como os defensores dos direitos humanos são vistos como uma ameaça nos lugares em que se assiste a uma elisão dramática da democracia. Na verdade, num tempo de elisão de garantias, os poderes e os governos que desprezam a democracia, o Estado de Direito e as minorias sentem-se ameaçados pelos direitos humanos exatamente porque, apesar de tudo, eles constituem uma linguagem e um instrumento legal na defesa de algumas garantias.

Então a perspectiva que nós procuramos produzir aqui no CES (Centro de Estudos Sociais) é partir desse percurso histórico dos Direitos Humanos, com os seus estreitamentos, aproveitamentos geopolíticos e inscrições culturais específicas, para aceder a outras narrativas da dignidade humana. Narrativas que constituam outras historicidades e que nos permitam entender que os direitos humanos que nós temos ao mesmo tempo que ajudam a visibilizar alguns tipos de violências têm o efeito de descreditar outras linguagens de dignidade e determinadas experiências de sofrimento, como as lutas históricas dos sujeitos colonizados, negros, afrodescendentes, povos indígenas. Temos de pensar uma história da modernidade olhando também àquilo que foi a história do colonialismo, da escravatura, a história do genocídio indígena analisando como essas violências continuam a atuar no presente, de tal modo que torna impraticável a possibilidade de transformarmos a realidade em que vivemos sem rompermos com a celebração acrítica de uma história ocidental. Temos de recusar a visão que vê a Europa e o mundo eurocêntrico como o produtor dos Direitos Humanos, da Democracia, da Liberdade, Igualdade, Fraternidade, porque essa é uma narrativa falaciosa, equivocada, que esquece o privilégio europeu e o bem-estar social, que foi constituído através de processos de violência, de pilhagem, genocídio, escravatura – constituídos muitas vezes em territórios não-europeus. Reconhecer a insustentabilidade deste segredo público implica recusar a arrogância celebratória que vê na Europa o berço de uma civilização de vocação libertadora e universalista, denunciando a ficção selectiva de uma linhagem que consagra, como preciosos e singulares legados europeus, o renascimento iluminista, a democracia e os direitos humanos. Não

só a europa foi sede de duas guerras mundiais que mataram entre 80 a 100 milhões, como muita da história que constitui o privilégio e a ideia de europa se definiu fora das suas fronteiras. A ideia da europa está intimamente ligada ao colonialismo, ao racismo, à escravidão, ao patriarcado estuprador, ao desenfreado extrativismo dos recursos naturais, ao genocídio, pelo epistemicídio

Na verdade, muitas vezes a história da Europa foi feita fora das fronteiras europeias e através de processos violência colonial. Trazer a violência colonial para um paradigma de dignidade humana e pensar os direitos humanos não apenas pela sua linguagem normativa é também um desafio para quem quer alargar horizontes de dignidade. Daí poderemos pensar quais são as possibilidades de lutas antissistêmicas: em que medida neoliberalismo corresponde hoje a uma violação sistêmica de direitos humanos em certas populações do mundo.

Tempo & Argumento: Acho já entramos um pouco na segunda pergunta: quais os desafios dos Direitos Humanos face aos movimentos emergentes de direita e extrema-direita atualmente?

Bruno Sena Martins: Acho que nós temos sempre que saber fazer as lutas em contexto. Se, na verdade, a nossa perspectiva dos direitos humanos, é crítica no modo como se instrumentalizou num conjunto de valores culturalmente específicos e como não tem tido a potência anti-sistêmica de contrapor o paradigma neoliberal, por outro lado, temos de reconhecer que os direitos humanos foram muito importantes em muitos lugares no mundo para garantir liberdades, para garantir salvos condutos em relação a formas de violência e que essas histórias merecem ser valorizadas e reconhecidas. Portanto, em lugares em que os direitos humanos são realmente agentes de preservação da dignidade humana, nós temos de valorizá-los, não partindo de perspectivas que sejam também elas demasiado insensíveis às realidades dos terrenos.

Na verdade, exatamente hoje, como a Viviane diz, os direitos humanos estão a ser vistos em alguns contextos como ameaças para os governos de extrema-direita. Isto quer dizer que eles estão a desassossegar, como contrapontos, a estas lógicas saudosistas, de algumas formas de totalitarismo e que se estão, em alguns contextos

no mundo, a ser institucionalmente desvalorizados e radicados. Isto faz-nos travar uma dupla luta – por um lado uma luta crítica aos direitos humanos e por outro lado um apoio solidário a todos aqueles e aquelas que usam os direitos humanos nas suas lutas sociais e que por isso estão a ser ameaçados e ameaçadas.

Tempo & Argumento: Qual é o papel dos Direitos Humanos nas discussões a respeito do Colonialismo, pensando os temas ligados às ciências sociais?

Bruno Sena Martins: Os direitos humanos durante algum tempo parece que não tinham muita capacidade de contrapor as lógicas do colonialismo. Se nós pensarmos na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, tem como uma das suas ausências gritantes o direito à autodeterminação dos povos e se pensarmos em 1948, era um período histórico, sob um regime colonial e a carta das Nações Unidas tinha o direito à autodeterminação dos povos, mas a declaração não teve. Dado um conjunto de interesses, alguns dos vencedores da Segunda Guerra Mundial, neste caso a Inglaterra, não queriam confrontar naquele momento a autodeterminação, que não era contra os povos colonizados em relação ao colonialismo que vigorava naquele momento no mundo e, portanto, durante muito tempo os direitos humanos não foram mobilizados e reivindicados pelos povos que estavam a lutar contra a libertação colonial. Por corresponderem muitas vezes, por se terem instituído sob a forma de omissão colonial, um regime internacional dos direitos humanos, num primeiro momento e, por outro lado, por terem sido edificados, como dizia Franz Fanon, dentro de uma certa concepção de humanismo, de uma certa civilização salvadora que trazia novos valores para civilizar os povos bárbaros e selvagens inferiores, segundo a lógica colonial.

A última coisa que poderia ser aceitável é que os direitos humanos tivessem parte dessa lógica colonial, ou seja, a imposição dos direitos humanos de salvar outros povos que não conhecem os valores da civilização ocidental. Essa reiteração de um paradigma do salvador branco e do salvador europeu, cria muitas vezes rechaço e a narrativa dos direitos humanos é vista com frequência, não sem alguma razão, enquanto um instrumento de poder colonial. Obviamente que nós temos de ver outras lógicas muito importantes que nos mostram as potencialidades anticoloniais dos direitos humanos, o papel que eles

desempenharam em muitas lutas sociais pelo mundo. O fato de recentemente se terem estabelecido convenções de direitos dos povos indígenas tendo a linguagem dos direitos humanos enquanto uma articulação dessas possibilidades, é sinal de que é possível largar e descolonizar os direitos humanos. Realmente o movimento que se impõe fazer é descolonizar os direitos humanos e aproximá-los de outras narrativas da dignidade humana que não são necessariamente nascidas no contexto de uma Europa pós-guerra, numa Europa muito centrada na cobertura do direito, muito centrada também numa certa ideia do direito individual, da relação entre Estado e indivíduos.

Tempo & Argumento: Relativamente à questão das prisões, por exemplo, como falar de direitos humanos como despertar a sensibilização social?

Bruno Sena Martins: Há várias coisas que temos de colocar em causa quando analisamos a questão do direito e a questão dos direitos humanos. Temos hoje em dia uma luta pelo direito a ser humano. Vivemos num mundo em que dependendo da cor da sua pele, dependendo do seu género, dependendo do lugar do mundo em que você vive, dependendo do lugar da cidade onde você vive, a sua vida vale mais ou vale menos. Então há uma hierarquia no valor humano, no valor do sofrimento humano e quando nós vemos espaços como as prisões, que normalmente são ocupadas por populações negras, da periferia, populações que historicamente são desqualificadas enquanto humanos, confrontamos uma das dimensões da modernidade em que a noção de humano sempre dependeu da constituição de sub-humanos. O sistema-mundo moderno em que assenta a riqueza europeia dependeu produção de sub-humanos, escravizados e escravizadas que contribuíram com o seu trabalho não-pago, sob regimes de violência, para a criação de uma certa ideia de humanidade. Então esse confronto continua a existir nas nossas sociedades, no modo como muitas populações estão sujeitas a violências quotidianas. Sabemos, por exemplo, que no Brasil o homicídio é a causa de morte de 50% dos jovens negros de sexo masculino. Sabemos que o encarceramento em muitos lugares do mundo está profundamente marcado pelas divisões raciais e divisões de classe, divisões de organização geográfica. Então, essas pessoas já eram menos pessoas antes de serem encarceradas e por isso, no fundo, o encarceramento é uma continuação deste sistema de desumanização de alguns

sujeitos que são vistos como ameaças, como perigos através de legislações como a legislação antidrogas, que muitas vezes acaba por criar profecias que se realizam. No fundo, ao tentarem criminalizar parte importante da população e como muitos autores têm afirmado, o sistema carcerário revela em larga medida uma reprodução daquilo que é a lógica das plantações, a lógica do encarceramento de populações vistas como subalternizadas como perigosas, como ameaçadoras, mantendo continuação do regime escravocrata.

Não nos surpreende que essas populações que estão encarceradas acabem por ser destituídas de uma visibilidade social, que não se reconheça sua dignidade. É necessário um conhecimento dos processos políticos e culturais que de fato criam essas estruturas de saneamento social, que atuam em muitos locais no mundo, em países que têm uma taxa de população encarcerada como o Brasil e os Estados Unidos.

Tempo & Argumento: Você trabalha com temas muito distintos: deficiência, direitos humanos, o corpo... como você articula estes diferentes tipos de conhecimento nas suas pesquisas e nas suas aulas?

Bruno Sena Martins: Do ponto de vista intelectual, encontro continuidades para aquilo que eu faço. Dando um exemplo, comecei a trabalhar na questão da deficiência a partir da questão da cegueira e depois trabalhando a questão da deficiência, fui trabalhar sobre o desastre de Bhopal¹ na Índia e ao trabalhar os corpos das pessoas com deficiência na sua relação com o desastre em 1984, comecei a trabalhar a questão da memória e a memória do corpo versus a memória social, a memória intelectual versus a memória pública e entrei na questão da memória. Ao trabalhar com a questão das pessoas com deficiência – soldados da guerra colonial, comecei a falar da violência colonial, de como essas histórias de vida, quer daqueles que lutaram contra o colonialismo, quer daqueles que lutaram contra os movimentos de libertação –

¹ O acidente na fábrica da Union Carbide India Limited (UCIL),¹ filial da empresa estadunidense Union Carbide Corporation (UCC), instalada em Bhopal, na Índia, viria a desencadear o maior desastre industrial da história. Após a meia-noite do dia 3 de dezembro de 1984, uma reação num dos tanques (E-610) onde se reservava o MIC provocou a libertação de uma nuvem de gases tóxicos que, levada pelo vento, se espalhou nas áreas circundantes. As estimativas fazem supor que milhares de pessoas tenham morrido entre aquela noite e as semanas seguintes ao acidente, vinte e cinco mil, nos anos subsequentes, e que existam atualmente mais de cem mil pessoas com importantes sequelas permanentes

mostram-nos como a violência colonial é algo muito presente e como o colonialismo e o racismo são estruturas que podem ser eliminadas a partir desses corpos que sofreram e impuseram violência a outros. Nesse sentido, também em relação à questão dos direitos humanos, como são mobilizados em outros contextos políticos, sociais, movimentos de pessoas com deficiência, movimentos de pessoas negras, afrodescendentes... ou seja, conciliamo-nos com a ideia de que, seguindo Boaventura de Sousa Santos², não existe uma forma de opressão mais importante a priori, as realidades devem ser alisadas em contexto e em contexto podem existir algumas lutas mais urgentes do que outras. Ainda assim, devemos ter a humildade aos termos particulares com que cada qual constitui a sua dignidade sem quisermos definir por outrem, de forma arrogante e visionário, a luta mais urgente ou prioritária.

Se queremos procurar e transformar o mundo numa lógica que junte justiça social, cognitiva e epistemológica e uma ecologia de reconhecimentos, nós temos de perceber que as diferentes formas de opressão vêm juntas – a opressão capitalista, patriarcal, a opressão capacitista de uma ideia biomédica de normalidade, opressão racista. Então as lutas também têm de se fazer juntas. A partir dos nossos lugares, temos de identificar o modo como as diferentes lutas têm a aprender umas com as outras: como não é possível eu ser um académico que se inscreva numa narrativa antirracista, mas que reproduza, nas minhas posições, uma concepção patriarcal do mundo ou uma concepção capitalista do mundo. Portanto, nesta lógica das epistemologias do Sul, segundo a qual as lutas devem reunir-se para contrapor uma lógica hegemónica de opressão, que também surge articulada. As formas de produção de exclusão resultam de várias articulações – o corpo de uma mulher negra da periferia é o produto de diferentes opressões acumuladas (opressão patriarcal, opressão racista, opressão capitalista...). Portanto, para confrontarmos essas lógicas de opressão temos de aprender com diferentes vozes, com diferentes formas de resistência e o meu percurso, de alguma forma, é a tentativa, sem contradição, de tentar aprender com esses diferentes lugares de resistência e experiência.

² Santos, Boaventura de Sousa (2018), *O Fim do Império Cognitivo*. Coimbra: Almedina.

Tempo & Argumento: *Gostaria de fazer perguntas mais relacionadas com o tema da deficiência, você olha para este tema mais pelo viés da história da saúde e das doenças, ou se relaciona mais com a área das ciências sociais, ou a articulação entre as duas perspectivas?*

Bruno Sena Martins: Na verdade, eu acho que se cruzam. Por um lado, é muito importante termos uma perspectiva que nos remeta não só para a história da saúde, mas para a história da modernidade, para entendermos como é que a criação da ideia de humano na modernidade é a criação da ideia de normalidade. Um corpo normal é um corpo que está habilitado a trabalhar na lógica do regime capitalista, é um corpo que corresponde a determinado tipo de estética normalizada e é um corpo que na verdade é um recorte muito circunscrito daquilo que é a diversidade do ser humano. Esse corpo quer celebrar, quer construir enquanto corpo, por um lado, o corpo saudável adequado a um corpo funcional, um corpo bonito, um corpo esteticamente agradável e isso é muito recente pelo modo como se constitui esta narrativa acerca da normalidade. É uma narrativa que vem junto da ciência moderna e das ciências biomédicas que tiveram nesta questão um papel muito forte e com um individualismo ocidental que contribui muito para esta concepção de uma ideia mitificada de independência e de autonomia. Esses valores acabam por criar toda uma topografia de desvios - aqueles corpos que não pertencem a uma ideia de normalidade que é a um tempo celebrada enquanto existente e celebrada enquanto objetivo que todos nós temos que buscar.

Portanto, é importante nós termos essa dimensão histórica para entendermos que nem sempre foi assim. Diferentes configurações do corpo habitavam nas diferentes sociedades, muitas vezes sem que houvesse essa fronteira tão marcada entre aquilo que nós chamamos o normal e o anormal, o são e o louco. São construções com um dimensão histórica e que foram definidas por instituições modernas e pela ciência moderna. Por outro lado, as ciências sociais parecem cruciais para entendermos como muitas vezes elas também reproduzem essas lógicas normativas.

A questão da deficiência está ainda muito pouco presente na crítica social que se produz nas ciências sociais. De facto, perante a afamada vocação da análise sociológica para as questões relacionadas com a desigualdade social, é deveras instigante a reduzida atenção que as

peças com deficiência têm merecido ao nível das ciências sociais em relação a outros grupos minoritários. Falamos de pessoas que se encontram entre as mais sistematicamente marginalizadas das nossas sociedades, e que constituem uma minoria numericamente bem mais significativa do que aquilo que a sua situação de invisibilidade estrutural frequentemente faz supor. Isto é quase como dizer que algo nos seus corpos cria uma fatalidade e uma certa narrativa de tragédia pessoal que define o seu lugar no mundo numa forma muito fechada e circunscrita. Portanto é também missão das ciências sociais situar que existe diferença entre aquilo que é o corpo construído enquanto desigual, aquilo que é a diferença entre sexo e gênero – a ideia que a deficiência também tem uma construção cultural vincada –, que faz com que as pessoas com deficiência sejam discriminadas não em razão dos seus corpos, mas em razão dos valores, através como os seus corpos são entendidos em sociedade, através do modo como são criadas estruturas organizativas, arquitetônicas, que permitam de modo mais ou menos adequado que a presença de uma pessoa com deficiência se faça na sociedade, e nos permitam visualizar as violências cotidianas decorrentes.

Fiz o meu doutorado sobre a questão da cegueira e, nas entrevistas, as pessoas cegas diziam-me com frequência que tinham dificuldade em sair à rua porque sabiam que no momento em que andassem com uma bengala, estariam sempre expostas à violência do “*coitadinho, deixem passar o ceguinho*”. Então, às vezes nem são só as estruturas sociais ou organizativas, as lógicas de educação, mas é também essa violência cotidiana de uma sociedade que hierarquiza muito a vida humana, o valor da existência em função de uma questão de normalidade que é muito forte no modo como construímos o mundo. Olhar o mundo a partir das perspectivas de pessoas com deficiência

ensina-nos que existem exclusões que marcam importantes linhas de desigualdade e às quais, comparativamente, as ciências sociais têm dado pouca relevância. Por isso, defendo que os estudos da deficiência deveriam ocupar um espaço da academia muito mais importante para reconhecer, não só a elevada percentagem de população com deficiência, que vive em situação de exclusão, mas também a ideia de que, querendo ou não, todos nós teremos alguma deficiência em função dos processos do envelhecimento e que é uma questão que diz respeito a muito mais pessoas do que aquilo que possamos imaginar.

Tempo & Argumento: *De forma geral, como este tema é visto em Portugal, você acha que recentemente tem tido mais destaque?*

Bruno Sena Martins: A questão da deficiência é uma questão que em diferentes contextos dependeu sempre muito da relação da academia e dos movimentos sociais. O que tivemos durante muito tempo é que, com exceção de poucos movimentos em Portugal, essa luta social estava muito constrangida pela presença de muitas organizações *para* pessoas com deficiência e poucas organizações reivindicativas *de* pessoas com deficiência. Por outro lado, mesmo as organizações mais politizadas sempre estiveram muito dependentes das lógicas do Estado e, muitas vezes, corresponderem a organizações prestadoras de serviços, que no fundo estendiam a ideia do Estado Social, sem a autonomia financeira para serem vozes de luta social transformadora face a uma sociedade normalizadora e capacitista.

Isto fez com que se instalasse muito tarde uma visão mais política da deficiência como opressão social. O que aconteceu foi a existência de algumas viagens de ideias que vieram de outros lugares no mundo, de acadêmicos que também aprenderam muito com o mundo social da deficiência no contexto americano ou britânico, por exemplo. Por outro lado, o fato de se ter criado recentemente um movimento social em Portugal de pessoas com deficiência mais desvinculado destas formas organizativas do Estado e de prestação de serviços, fez com que a partir dos últimos 10 anos exista um crescimento importante daquilo que são as visões críticas das deficiências. É importante que na academia à deficiência e o capacitismo sejam tidos como uma linha estrutural de desigualdades na sociedade em que vivemos, contra a naturalização de corpos tidos como inferiores, não úteis, não atraentes.

É um processo recente e que precisa de ser consolidado, mas eu acho que é importante uma interdependência entre a academia as organizações da sociedade civil no quadro de um compromisso social de visibilização e de transformação das condições de vida das pessoas com deficiência. Ou então acabamos por dar validade à ideia de que existe muitas vezes um conhecimento-parasita, aquele conhecimento extrativista, que usa só as experiências sociais e as lógicas de exclusão com forma de produzir estatuto e espaço institucional na academia, sem uma real preocupação da transformação social.

Tempo & Argumento: *Você comentou que um dos seus primeiros temas de pesquisa foi a cegueira. Como chegou até ele?*

Bruno Sena Martins: Não houve uma razão muito óbvia. Na altura estava a terminar a minha graduação em antropologia e eu desejava fazer uma etnografia, um trabalho que me permitisse viajar para outro contexto cultural e lembrei-me que existia na minha rua uma associação de pessoas cegas e que todos os dias ao caminhar para a faculdade eu passava mesmo em frente a ela e sempre com aquela pergunta: “*O que é que acontece ali dentro?*”. Por isso, ocorreu-me fazer uma pesquisa sobre a cegueira, assumindo que era um tema muito distante da minha experiência de vida e das minhas relações familiares em relação à qual me movia um desejo de conhecer mais, talvez um sentimento um pouco ingênuo.

Lembro-me que quando comecei a trabalhar sobre a questão da cegueira, acordava a meio da noite e pensava que estava cego, expressão de como os meus preconceitos estavam incorporados. Ou o fato de adiar muito o dia em que fosse bater à porta daquela instituição, porque eu pensava que era demasiado novo e porventura não teria a capacidade de encarar histórias de sofrimento bem pesadas. O que é certo é que quando lá cheguei encontrei pessoas que riam e choravam como toda a gente, que lidavam com os mesmos problemas das ditas “pessoas normais”, obviamente mais expostas a situações de desemprego e de violências quotidianas – que vêm não da cegueira, mas do modo como a sociedade encara esta problemática. Foi uma aprendizagem que me permitiu desmistificar a cegueira, não enquanto uma tragédia pessoal ou um fatalismo, mas encará-la enquanto uma forma de estar no mundo, que luta pelo seu reconhecimento. Passei a dirigir a minha análise o sofrimento que resulta, isso sim, do modo como a sociedade percebe a cegueira enquanto uma vida marcada pela perda e pela incapacidade. No fundo, foi também uma aprendizagem de sabermos que quando saímos dos nossos lugares familiares, temos de confrontar os nossos preconceitos de alguma forma, para poder transformar o mundo, se essa forma for também um processo de nos conhecermos a nós próprios e de nos transformarmos.

Tempo & Argumento: *Nota alguma mudança recente e significativa dessa percepção social em relação às deficiências? Considera que existe atualmente um acentuado discurso político em relação a isto de chamar de “minorias” a estes grupos com uma certa ironia, acha que existe uma politização desse discurso?*

Bruno Sena Martins: Eu acho que diferentes contextos produzem realidades diferentes, ou seja, do ponto de vista dos Estados Nacionais e das políticas sociais, existe uma maior consciência política de perceber a deficiência como forma de exclusão social e de um cuidado maior relativamente à construção de políticas sociais, um cuidado maior em relação à construção de discursos e de palavras que são ofensivas e excludentes. Creio que esse cuidado existe, mas acho que só pode transformar o senso comum social quando estiver articulado com uma afirmação política das pessoas com deficiência nos diferentes contextos. Ou seja, quando as pessoas com deficiência (ou seja, como se diz *“nada sobre nós, sem nós”*) tiverem, nos diferentes contextos, a possibilidade de definir os termos da sua existência, através dos quais são entendidos/as e aí, definirem realmente um processo de transformação das representações culturais acerca do que é a deficiência.

O senso comum continua a encarar as pessoas com deficiência como menos pessoas. Quando falamos de pessoas com deficiência estamos a fugir de uma expressão historicamente utilizada de *“pessoas deficientes”*. No limite, nossa sociedade continua a identificar pessoas com deficiência a *“pessoas deficientes”*, como menos pessoas. Creio que ainda temos um longo caminho para que o reconhecimento da dignidade e de diferentes formas de existir e de diferentes funcionalidades, possa ser parte do senso comum. Agora, seria obviamente ingênuo não reconhecer a importância dos avanços que permitem que exista uma sensibilidade social muito mais alargada em relação às necessidades e especificidades e às lutas pela dignidade de pessoas com deficiência.

Tempo & Argumento: *Estava falando também de grupos e associações para deficientes e de deficientes. Muitas vezes acontece entre projetos das ciências sociais e das ciências humanas de haver presença de acadêmicos, projetos de extensão, etc., o que faz com que exista uma instrumentalização dessas pessoas, também para que elas, de alguma forma, entendam a sua presença no mundo de outra forma. Como é que vê esta instrumentalização?*

Bruno Sena Martins: Existe uma questão muito forte e que não tem a ver só com o Estado Moderno e que vem desde as associações assistencialistas de caridade Cristã em que as pessoas com deficiência são, de alguma forma, instrumentos/objetos do cuidado alheio. Num primeiro momento, são vistos como veículos para a salvação das almas – as pessoas que se organizavam para ajudar pessoas com deficiência reviam-se no Novo Testamento, fazendo milagres e ajudando as pessoas com deficiência – e isso fez com que esta lógica assistencialista se institucionalizasse de uma forma muito potente, naquilo que eram as estruturas assistencialistas do Estado, que permanecem hoje naquilo que é a lógica da reabilitação.

Se pensarmos as organizações de pessoas com deficiência ou para pessoas com deficiência dentro de um paradigma que é o paradigma reabilitacional, é fazer supor que as pessoas com deficiência têm de fazer um movimento para se normalizarem e adaptarem à sociedade.

Enquanto não tivermos uma democracia que decididamente coloque ao centro a voz das pessoas com deficiência nos assuntos que lhes dizem respeito fracassaremos em confrontar o paradigma reabilitacional. Trata-se de um paradigma de abordagem que pressupõe a necessidade de as pessoas com deficiência se adaptarem à sociedade que existe em vez de desafiar a sociedade a reinventar-se a partir das vozes, experiências e organizações de pessoas com deficiência.

Nós estamos numa Universidade na qual em muitos lugares as pessoas com deficiência não podem entrar! Então isso é bem indicativo de como essa lógica reabilitacional precisa de ser subvertida, por uma lógica que permita entender a necessidade de uma radical transformação da norma social.

Tempo & Argumento: *Sabemos que você coordena o projeto – “O CES vai à escola” – e queríamos que você falasse sobre o projeto e também*

sobre a extensão, No Brasil a extensão é vista como menor que a pesquisa – como é aqui em Portugal?

Bruno Sena Martins: O CES vai à escola³ disponibiliza às escolas por todo o Portugal uma ementa de sessões, dinamizadas em cada ano pela equipa de investigadores do CES, que permite às escolas de todo o país um convidarem-nos para apresentarmos a pesquisa que se realiza no CES. Deste modo visamos contribuir para a divulgação de conhecimento em variados temas académicos que se cruzam com preocupações de justiça social e Direitos Humanos. Para ter uma ideia, em 2020 através de “O CES vai à escola” realizámos 124 sessões pelas escolas do país atingindo um total de 5921 estudantes do ensino fundamental e do ensino médio. Sair dos muros da academia é importante para escaparmos a uma “bolha” autorreferencial, de alcance limitado, cumprindo a função social da pesquisa e da educação. Porque estamos numa lógica fechada em que académicos falam para académicos e em que muitas vezes aquilo que nos é pedido do ponto de vista de um percurso próspero na carreira académica nos faz escrever para revistas indexadas, nos faz escrever artigos, livros, mas que muitas vezes não chegam à sociedade mais ampla e não chegam para além dos muros da academia. Se existe uma função social do conhecimento e eu acredito que essa função existe, passa por nós sermos capazes de partilhar e trocar conhecimentos com essa sociedade mais ampla, no sentido de podermos tocar e transformar o senso comum nas sociedades em que vivemos.

Então, “O CES vai à escola” utiliza as escolas do ensino médio e do ensino fundamental enquanto um lugar de possibilidade para podermos levar a pesquisa que fazemos a diferentes espaços sociais e tocando outras realidades. Fazemos isto de uma forma relativamente simples, mas que acaba por fazer muita diferença. Todos os investigadores e investigadoras do CES são convocados no início de cada ano letivo a falarem da sua pesquisa e a escreverem um texto de apresentação que nós colocamos no site do “CES vai à escola” e depois disseminamos para todas as escolas do país. Assim, os professores ficam com imensa diversidade de temas como o colonialismo, sobre questões de sexualidade, questões de emprego, questões de direitos humanos, de refugiados e migrações, que podem utilizar para alargar os seus currículos e para levarem pessoas a falarem de temas

³ <https://www.ces.uc.pt/extensao/cesvaiaescola/>

diferentes - racismo, colonialismo, temas LGBTQ+ - e muitos deles usam estes instrumentos para transformar o espaço da escola, que às vezes também é um pouco fechado, muito ligado aos currículos construídos numa certa ideia da educação do Estado, da educação nacional, que corresponde a uma certa ideia de Nação.

Para ter uma ideia, hoje em dia o público alcançado pelo “CES vai à escola”, corresponde quase a 1/3 do público que o CES alcança atualmente. Isto quer dizer que este projeto garante que quase 1/3 desde público seja não acadêmico, no sentido em que não são estudantes doutorados ou professores universitários. Isso permite-nos uma ramificação para chegar a outras realidades e também uma ramificação geográfica. Acabamos por sair dos centros urbanos e pegamos nossos carros, vamos de ônibus e vamos para localidades menores e comunidades que estão mais afastadas do centro de produção intelectual, o que nos permite partilhar o conhecimento que fazemos e adaptar a nossa linguagem e receber este retorno que nos ajuda a pensar melhor e de forma mais humilde para sairmos de uma bolha acadêmica, reforçada por um critério de excelência que privilegia algum tipo de produção acadêmica e que não valoriza aquilo a que chamamos a “extensão” essencial do trabalho que realizamos. É importante que façamos esta dupla luta de tentar produzir um conhecimento socialmente relevante e que seja entendido pela sociedade mais larga e que ao mesmo tempo transforme os critérios que dentro da academia nos “desestimulam” a nos envolvermos e investirmos o nosso tempo nesta lógica da extensão.

Tempo & Argumento: Por fim, poderia falar da sua experiência voltada para o Brasil e se tem algum tipo de pesquisa acadêmica relacionada com o Brasil.

Bruno Sena Martins: Há muito tempo que viajo várias vezes ao ano e aprendo muito com os colegas no Brasil, sobretudo pela força, que não só os projetos de extensão assumem em muitas partes significativas daquilo que é a produção acadêmica, mas também pelo modo como as ações afirmativas têm sido desenvolvidas no meio brasileiro.

Para mim, tem sido muito significativo e conto esta experiência com alguma frequência. Lembro da primeira vez que fui ao Brasil em 2008, e de estar um dia no Campus da UFMG, e perguntar a um colega que

estava ao meu lado: “Olhe, onde estão os negros?” (porque eu não via ninguém). Anos depois, em 2016, fui convidado para uma conferência sobre racismo e pude ver auditórios cheios com estudantes negros e negras e com as suas camisetas, com as suas palavras de ordem. Sinal emotivo de que houve uma grande transformação na academia brasileira. Outros sujeitos, outras subjetividades, outras historicidades, outras ancestralidades, outros conhecimentos entraram na academia através das ações afirmativas.

Isso representa um desafio imenso que nós vemos que os currículos têm dificuldades em acompanhar. Todas as diversidades trazidas por essas diferentes populações e agora que já não correspondem a uma certa elite descendente, um questionamento da lógica colonial e o desafio que isso coloca à produção de conhecimento que reconhece estas pertencas e identidades. Por outro lado, é significativo o modo como numa realidade social tão marcada por violências e desigualdades extremas, como é que o espaço produzido através da extensão, há uma margem de chegada social muito grande e ensina muito no modo como eu vejo muitos e muitas colegas a trazerem conhecimentos notórios para dentro da universidade. Mas fazer deslocamentos ao sair dos espaços da universidade e estar próximas das comunidades e dos movimentos sociais e luta pela moradia, das lutas pelos direitos LGBTQI+ e contra o racismo, tem sido uma aprendizagem de pensarmos que se, por um lado, devemos reconhecer que a universidade e a academia são lugares de poder eurocêntrico herdado e que muitas vezes corresponde a uma lógica de reprodução social, existe, hoje, um espaço acadêmico que luta contra essa herança e procura entender a academia enquanto espaço de responsabilidade social – espaço que historicamente é um privilégio, mas que pode e deve ser transformado enquanto espaço desta responsabilidade social. O fato de nós ocuparmos este espaço na academia nos confere um poder social, e sabemos que sim, também nos deve conferir uma responsabilidade de usarmos essa possibilidade no sentido de nos articularmos com outras narrativas de luta e transformação social e possibilidade de outras subjetividades poderem ter uma presença mais forte na academia em que vivemos, que é tendencialmente patriarcal e racista, muito vinculada ao capitalismo e do poder que confere à economia.

Os desafios são vastíssimos e, na verdade, a minha articulação com a academia brasileira tem sido de aprendizagem marcada pelas contradições trazidas pelas conquistas e retrocessos que marcam os diferentes tempos, quadros de luta e ciclos políticos. Na verdade, falemos de antigas metrópoles ou de antigas colônias, só podemos tentar entender como as conquistas democráticas podem ser revertidas e hipotecadas se atentarmos às densas relações entre poder económico, poder jurídico-político e privilégio histórico.

Quero também sublinhar o quão importante tem sido para mim poder conhecer, no contexto brasileiro, as lutas de povos indígenas e quilombolas. Recordo com particular emoção a oportunidade que tive de participar numa Universidade Popular dos Movimentos Sociais no Norte de Minas Gerais, num território Xakriabá, organizada pela Faculdade de Educação da UFMG. São momentos como esses que mostram a potência das lutas pela transformação social protagonizadas por populações longamente subalternizadas, encontros que nos exaltam que nos indignam, e que mostram também o papel que as universidades podem ter na valorização e reconhecimento das lutas daqueles e daquelas que nunca aceitaram ser tidos como menos humanos.